

AMOSTRA

ALLES

ESTADODOESPIRITOSANTO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

BANESTES



memoriza.ai



FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO DA ALE ES!

Seja muito bem - vindo!

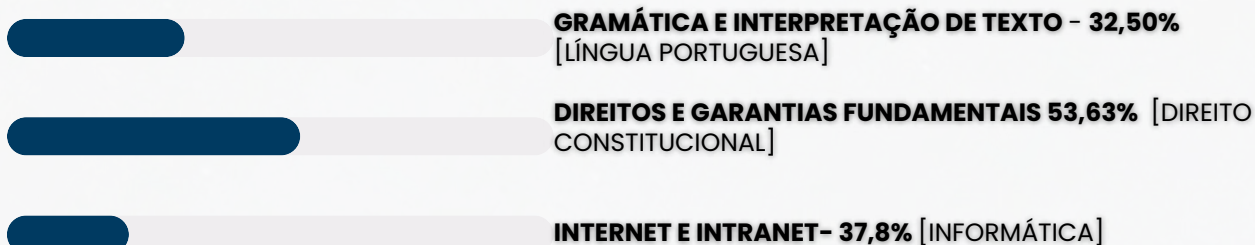
VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ PARA ESTE CONCURSO.

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **you ganha muito tempo!**

ENÃO PARA POR AÍ...

Você ainda terá acesso a bônus exclusivos - quer ver?

Além do material base para o seu estudo, você terá acesso a **4 bônus exclusivos** que vão **potencializar** o seu **progresso** nos **estudos**. Veja abaixo os bônus:



BÔNUS 1: DO ZERO À APROVAÇÃO

UM MATERIAL QUE ENSINA A ORGANIZAR SUA JORNADA DE ESTUDO, DO COMEÇO AO FIM, DESDE A DECISÃO DE QUAL CARGO ESCOLHER ATÉ COMO ORGANIZAR SEUS ESTUDOS, CRONOGRAMAS E ESCOLHER AS FERRAMENTAS DE ESTUDO QUE VOCÊ UTILIZARÁ.



BÔNUS 2: GESTÃO DO TEMPO

O CONTEÚDO SERÁ MINISTRADO POR PÚBLIO ALVES, APROVADO NO TJ-SP, E SERÁ DISPONIBILIZADO EM VÍDEO AULAS, JUNTAMENTE COM MATERIAL DE APOIO E UMA PLANILHA MODELO PARA AJUDAR NA ORGANIZAÇÃO DA SUA ROTINA, AUMENTANDO EM ATÉ 10 VEZES A SUA PRODUTIVIDADE NOS ESTUDOS.



BÔNUS 3: COMO HACKEAR O EDITAL

SE VOCÊ TEM DIFICULDADE EM ENCONTRAR AS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ANALISAR OS TÓPICOS MAIS COBRADOS DE UM EDITAL, APRENDERÁ TUDO ISSO NA PRÁTICA, DESVENDANDO TUDO O QUE PRECISA PARA EXTRAIR TODOS OS CÓDIGOS DE EDITAL.



BÔNUS 4: CRONOGRAMA 30 DIAS

ESTE CRONOGRAMA OFERECE UMA ESTRUTURA CLARA E PRÁTICA PARA OS 30 DIAS QUE ANTECEDEM SUA PROVA, PERMITINDO UMA ABORDAGEM ORGANIZADA E EFICIENTE DO ESTUDO. AO DIVIDIR O CONTEÚDO EM PARTES MANEJÁVEIS E DISTRIBUIR AS ATIVIDADES AO LONGO DO PERÍODO, VOCÊ PODERÁ FOCAR EM CADA TÓPICO COM MAIS PROFUNDIDADE E EVITAR A SOBRECARGA DE INFORMAÇÕES.

ESSES BÔNUS SÃO POR TEMPO LIMITADO!

[clique aqui para saber mais!](#)

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

“

Oiii! Boa tarde!

Ana Luiza



Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSE RH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.

Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

”

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:



contato@memorizaai.com.br

ou



[clique aqui](#) para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

[clique aqui e saiba como](#)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – ALE/ES

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:

Analista Legislativo – Secretaria Legislativa

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico Matemático
- Noções de Informática
- Conhecimentos Gerais
- Conhecimentos Específicos

Consultor Legislativo – Controle Interno

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico Matemático
- Noções de Informática
- Conhecimentos Gerais
- Conhecimentos Específicos – Parte I
- Conhecimentos Específicos – Parte II

Agente Policia Legislativa

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico Matemático
- Noções de Informática
- Legislação
- Conhecimentos Gerais
- Conhecimentos Específicos

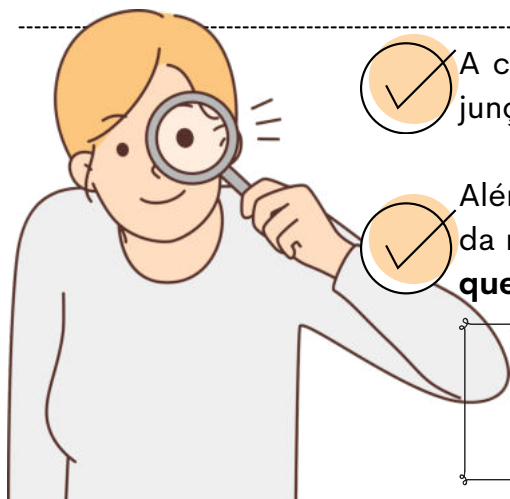
CONHEÇA AGORA COMO É O MATERIAL QUE VAI TE AJUDAR NA SUA APROVAÇÃO!

→ clique aqui para conhecer o material completo

ANALISTA LEGISLATIVO - SECRETARIA LEGISLATIVA / ADMINISTRATIVA

DICA

CRASE I



A crase é um fenômeno fonético (`) que representa a junção da **preposição "a"** com o **artigo feminino "a"**.



Além disso, pode haver crase também na combinação da mesma **preposição** com **pronomes demonstrativos** que se iniciem com a letra **"a"**.

A crase é indicada graficamente pelo **acento grave (`)** sobre a letra **"a"**..

⊘ QUANDO NÃO USAR CRASE?

Diante de substantivos masculinos

A crase é a fusão da **preposição a + artigo definido a** (feminino).

Nos masculinos, o artigo é o, formando **"ao"**. **Exemplos:** Joaquim vai **ao trabalho**.

Antes de numerais

Numerais não recebem crase. **Exemplo:** Encontramos **as oito meninas** que saíram da festa.

⚠ **Exceção:** Horas → sempre com crase. **Exemplo:** Nosso encontro foi às oito.

Diante de palavra indefinida

Indefinidos como **uma, cada, toda, qualquer, certa** não pedem crase. **Exemplo:** O mercado fica **a uma rua** da minha casa. 🏠

⚠ **Atenção!** Se **"uma"** indicar hora, **haverá crase:** **Exemplo:** Tomei o remédio à uma da tarde.

Diante dos pronomes relativos "que", "quem" e "cuja"

Quando a preposição a precede esses relativos, **não há fusão** → logo, **não há crase**.

Exemplos: Esta é a pessoa **a quem** fizeste alusão.

Diante de verbos no infinitivo

Verbos no **infinitivo não pedem artigo**, logo não há crase. **Exemplos:** Ficou a ver navios.

Diante de pronome pessoal e pronomes de tratamento

Antes de **pronomes pessoais** (você, ele, ela) e de **tratamento** (Vossa Excelência, Vossa Senhora, Vossa Majestade) não se usa crase. **Exemplos** Não disseram **a você** toda a verdade.

Nas expressões com repetição da mesma palavra

Expressões formadas por **palavras repetidas com preposição** não levam crase.

Exemplos: Frente **a frente**.

Diante da palavra casa quando desacompanhada de adjunto

Quando **"casa"** aparece sozinha (sentido de lar), não leva crase.

⚠ Só com **adjunto** (ex.: à casa de meus pais) pode haver crase. **Exemplos:** Irei **a casa** logo mais.

DICA

ATUALIDADES



PLANO NACIONAL SAÚDE & CLIMA



O Brasil vai apresentar na COP30 (Belém, nov/2025) o Plano Nacional Saúde & Clima 🌍.

🎯 **Objetivo:** integrar as mudanças climáticas às políticas de saúde pública do SUS, prevenindo e reduzindo impactos.

📊 **Números que podem cair na prova**

- OMS: entre 2030 e 2050, mudanças climáticas devem causar **+250 mil mortes/ano no mundo**.
- Brasil registrou **5 milhões de casos de dengue em 2024** – maior número da história 📈.
- Eventos extremos custaram **R\$ 12 bilhões ao SUS entre 2013 e 2023 (Fiocruz)**.

POR QUE IMPORTA?

⚠️ **Crises climáticas** sobrecarregam **hospitais** e elevam **custos de saúde**.



📈 Aumento de **temperatura** favorece doenças como **dengue**, **malária** e **chikungunya**.



🚰 **Secas e enchentes** afetam acesso à água potável e saneamento.



🌫️ **Poluição atmosférica** agrava doenças respiratórias.

CLIMA INFLUENCIA SAÚDE → PLANO INTEGRA PREVENÇÃO + POLÍTICAS VERDES 🌱.

DICA

CORREIO ELETRÔNICO III

PROTOSCOLOS
DE E-MAIL I

DIVERSOS PROTOSCOLOS DE E-MAIL SÃO UTILIZADOS PARA ENVIAR, RECEBER E GERENCIAR MENSAGENS ELETRÔNICAS.

vamos conhecer os mais cobrados nas provas?



SMTP (Simple Mail Transfer Protocol)

É o protocolo fundamental para o envio de e-mails.

- Uso: Usado para enviar e-mails de um cliente de e-mail ou servidor para um servidor de e-mail de destino.
- Função: Responsável por encaminhar mensagens para o servidor de destino.



POP3 (Post Office Protocol version 3)

É adequado para configurações onde você deseja baixar e armazenar e-mails localmente.

- Uso: Protocolo de recebimento de e-mail que permite que os usuários baixem mensagens do servidor de e-mail para seus clientes de e-mail.
- Função: As mensagens são geralmente baixadas e armazenadas localmente, e podem ser removidas do servidor, a menos que configurado de outra forma.



IMAP (Internet Message Access Protocol)

É ideal para cenários em que você deseja acessar seus e-mails de diferentes dispositivos sem perder a sincronização.

- Uso: Também é um protocolo de recebimento de e-mail, mas com uma abordagem diferente do POP3.
- Função: As mensagens permanecem no servidor e são sincronizadas com o cliente de e-mail, permitindo que os usuários gerenciem suas mensagens de várias plataformas.

DICA

DIAGRAMAS LÓGICOS III



DIAGRAMA DE VENN-EULER II

na prática

EXEMPLO NA PRÁTICA

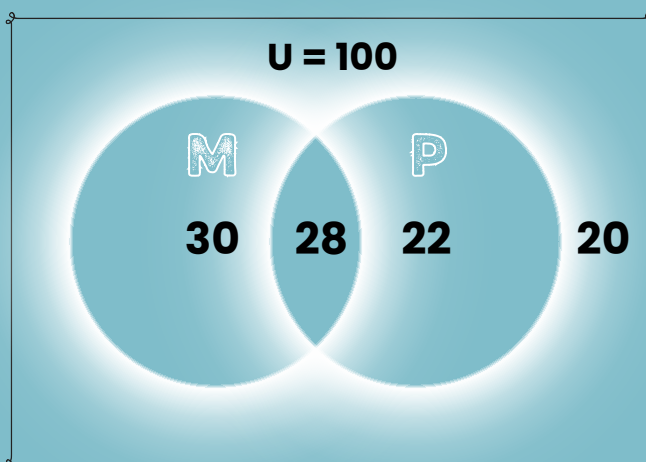
Suponha que foi feita uma pesquisa com 100 pessoas. Dessas pessoas:

- **22** gostam apenas de Português;
- **30** gostam apenas de Matemática;
- **28** gostam tanto de Matemática como Português;
- **20** pessoas não gostam de nenhuma das duas matérias.

Para representar essa situação usando um diagrama de Venn-Euler, primeiro, vamos identificar os conjuntos envolvidos:

- **M**: Conjunto das pessoas que gostam de Matemática.
- **P**: Conjunto das pessoas que gostam de Português.

Agora, podemos usar as informações fornecidas para preencher o diagrama de Venn-Euler:



- **"50 pessoas gostam de Português"**: Isso significa que temos 50 pessoas no conjunto P (Português);
- **"58 pessoas gostam de Matemática"**: Isso significa que temos 58 pessoas no conjunto M (Matemática).

DICA

ACCOUNTABILITY

ACCOUNTABILITY

A "accountability" refere-se à capacidade de transparência e prestação de contas. Na gestão pública, é uma ferramenta essencial para manter os ideais democráticos de um país. Ela permite o controle tanto dos processos quanto dos resultados a serem alcançados.

Para entender melhor, a "accountability" pode ser analisada em três dimensões:

INFORMAÇÃO
(TRANSPARÊNCIA)

Obrigaçao dos administradores de prestar contas de sua atuação aos administrados.

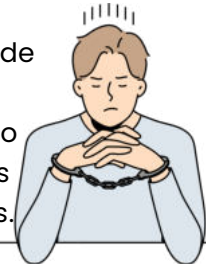


JUSTIFICAÇÃO
(RESPONSIVIDADE)

Responder pedidos de informações, com responsabilização pelos próprios atos.

PUNIÇÃO
(SANÇÃO E COERÇÃO)

Capacidade de exigência de aplicação de sanções e incentivos.



TIPOS DE ACCOUNTABILITY

Existem três tipos de accountability que ajudam a manter o governo responsável:

- **Vertical:** que ocorre entre cidadãos e governos através de eleições e votação;
- **Horizontal:** que ocorre entre os poderes do Estado ou órgãos através de mecanismos de freios e contrapesos;
- **Societal:** que envolve a sociedade controlando e fiscalizando o Estado através de associações de cidadãos, movimentos sociais, Conselhos Temáticos Institucionalizados e a mídia.





DICA

GESTÃO DE PESSOAS



PARTICIPANTES

➔ A decisão de um **indivíduo** ou **grupo** de entrar para uma **organização** é como o tempero secreto que mantém a sopa organizacional no ponto!

➔ Chiavenato nos conta que esse **equilíbrio** é a prova de fogo do **sucesso da organização** em recompensar seus participantes, seja com grana ou com aquela satisfação que faz o coração sorrir. Esse **ciclo de motivação** e **contribuição** é o **combustível** que mantém o motor da organização funcionando.

quem são os personagens dessa novela?

Todos que dançam com a **organização**, como funcionários, investidores, fornecedores e clientes!

Vamos dar uma olhadinha nas **trocas** entre esses **grupos** e a **organização**, segundo o mestre Chiavenato:



FUNCIONÁRIOS

CONTRIBUIÇÕES: TRABALHO DURO, DEDICAÇÃO, SUOR E LÁGRIMAS (BRINCADEIRA!), LEALDADE E PRESENÇA.

- **INCENTIVOS:** SALÁRIO, BENEFÍCIOS QUE FAZEM A VIDA MAIS DOCE, PRÊMIOS, ELOGIOS, CHANCES DE BRILHAR E SEGURANÇA NO TRABALHO.



FORNECEDORES

- **CONTRIBUIÇÕES:** MATERIAIS, MATÉRIAS-PRIMAS E SERVIÇOS QUE SÃO COMO OURO PARA A ORGANIZAÇÃO.

- **INCENTIVOS:** PREÇO JUSTO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO QUE FAZEM TODO MUNDO SORRIR E A PROMESSA DE NOVOS NEGÓCIOS.

INVESTIDORES (ACIONISTAS)

- **CONTRIBUIÇÕES:** DINHEIRO NA FORMA DE AÇÕES E EMPRÉSTIMOS, A GRANA QUE FAZ O SHOW ACONTECER!
- **INCENTIVOS:** RENTABILIDADE, LUCROS QUE FAZEM O CORAÇÃO BATER MAIS FORTE, DIVIDENDOS E RETORNO DOS INVESTIMENTOS.



CLIENTES

- **CONTRIBUIÇÕES:** DINHEIRO NA TROCA POR PRODUTOS E SERVIÇOS QUE FAZEM A VIDA MAIS FÁCIL.
- **INCENTIVOS:** PREÇO JUSTO, QUALIDADE QUE ENCANTA, BOAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E A SATISFAÇÃO DE TODAS AS SUAS NECESSIDADES.

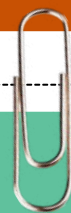
E assim, a dança continua, com todos **contribuindo** e sendo **recompensados!**



DICA

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES I

OBJETIVOS DA LGPD

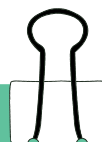


→ A definição contida no Artigo 1º da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece o escopo e o **propósito** desta legislação fundamental.

→ De acordo com o texto, a LGPD **regula o tratamento de dados pessoais**, incluindo aqueles **realizados em meios digitais**, por **indivíduos** ou **entidades públicas e privadas**.



- O objetivo principal é proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade, bem como promover o livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, ou seja, das pessoas físicas.



ESSA DEFINIÇÃO RESSALTA A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS NO AMBIENTE DIGITAL E RECONHECE A NECESSIDADE DE SALVAGUARDAR OS DIREITOS INDIVIDUAIS, GARANTINDO QUE O TRATAMENTO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS SEJA REALIZADO DE FORMA ÉTICA, TRANSPARENTE E RESPEITANDO A AUTONOMIA E A DIGNIDADE DAS PESSOAS.



- A LGPD se **aplica** tanto a **indivíduos** quanto a **organizações**, estabelecendo **responsabilidades** e **direitos** para ambas as partes.

→ Portanto, a LGPD representa um marco regulatório essencial para o cenário brasileiro, promovendo a proteção dos dados pessoais em consonância com os princípios constitucionais e os avanços tecnológicos da sociedade contemporânea.



DICA

ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 IV

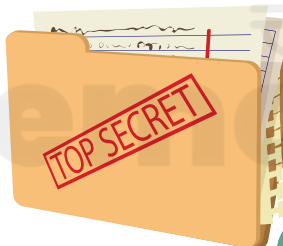
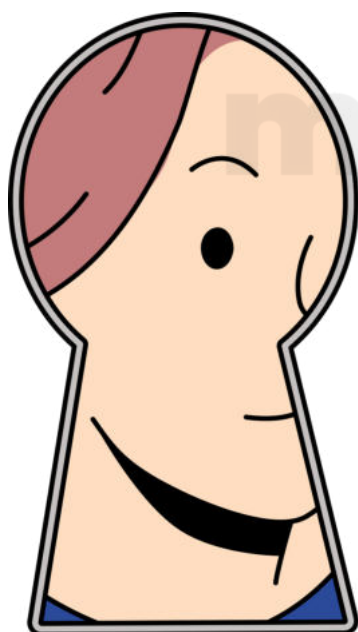
LEI Nº 12.527/2011 IV



A legislação permite que certas informações sejam designadas como **confidenciais**, seguindo critérios estabelecidos nas leis vigentes.

Dados confidenciais são aqueles que, se divulgados, poderiam **prejudicar a segurança nacional**, a **defesa**, ou as **relações exteriores do país**, entre outros aspectos.

A legislação contempla **três níveis de confidencialidade** para informações governamentais: **ultrassecreto, secreto, reservado**.



ULTRASSECRETO:

Informações cuja divulgação pode causar danos graves à segurança do Estado ou às relações exteriores. O **prazo máximo de confidencialidade é de 25 anos**, podendo ser prorrogado.

SECRETO:

Informações cuja divulgação pode prejudicar a segurança do Estado ou interesses nacionais. O **prazo máximo de confidencialidade é de 15 anos**.

RESERVADO:

Informações cuja divulgação pode afetar a administração pública ou interesses públicos. O **prazo máximo de confidencialidade é de 5 anos**.

- Além das **informações pessoais**, que por natureza devem ser **protegidas**, como os dados pessoais dos cidadãos, a legislação estabelece normas específicas para o **tratamento e acesso** a essas informações, garantindo a privacidade e proteção dos dados pessoais.
- Adicionalmente, a lei reconhece que certas informações podem ser sujeitas a **sigilo** por **órgãos ou entidades que ainda não estabeleceram uma classificação específica**. Nesses casos, é necessário **justificar** a necessidade do sigilo e definir um **prazo para a divulgação**.

DICA

GESTÃO DE DOCUMENTOS IX

ORDENAÇÃO



✓ A ordenação de documentos se refere à **forma como eles são dispostos em pastas, caixas, prateleiras ou sistemas de arquivos**. Ela representa a maneira como eles são organizados internamente em um grupo ou conjunto de arquivos.

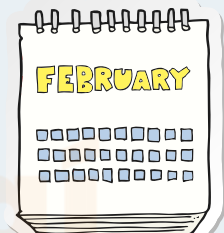
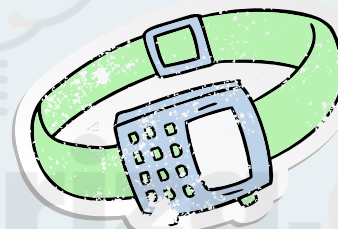
✓ Além disso, **é importante utilizar técnicas adequadas de preservação**, incluindo o uso de materiais de arquivo apropriados e o manuseio cuidadoso para garantir a integridade e a longevidade dos documentos.

MÉTODOS COMUNS DE ORDENAÇÃO:



ORDENAÇÃO ALFABÉTICA

facilita a busca e recuperação dos documentos por ordem alfabética



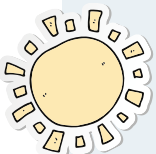
ORDENAÇÃO CRONOLÓGICA

permite acompanhar a evolução de eventos ou processos ao longo do tempo.



ORDENAÇÃO POR NÚMERO DE REFERÊNCIA

útil quando se trata de documentos que precisam de um sistema de classificação específico.



○ O armazenamento em condições adequadas de temperatura e umidade também é essencial.



DICA

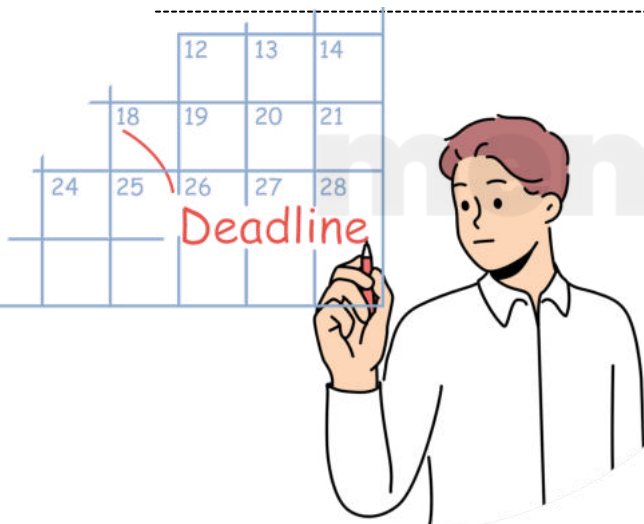
LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 95/98

ESTRUTURAÇÃO DAS LEIS II



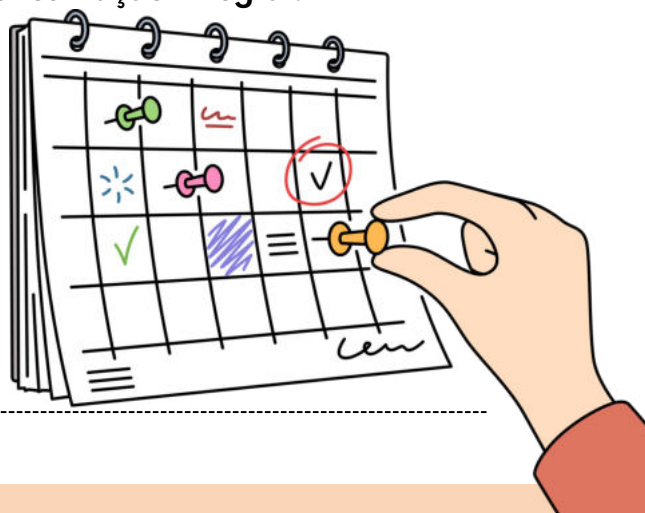
→ O primeiro artigo do texto definirá o objeto da lei e seu respectivo âmbito de aplicação, observando os seguintes princípios:

- I - **Exceto** nas **codificações**, cada lei abordará um **único objeto**;
- II - A lei **não conterà matérias estranhas a seu objeto** ou a este não relacionadas por afinidade, pertinência ou conexão;
- III - O **âmbito de aplicação da lei** deverá ser estabelecido de forma tão **específica** quanto o **conhecimento técnico** ou **científico** da área permitir;
- IV - O mesmo assunto **não poderá ser regulamentado por mais de uma lei**, **exceto** quando a **norma subsequente** visa **complementar** uma **lei considerada básica**, vinculando-se a esta por **remissão expressa**.



- A vigência da lei será indicada de forma clara, contemplando um prazo razoável para que seja amplamente conhecida, reservando a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para leis de menor repercussão.
- A contagem do prazo para a entrada em vigor das leis que estabelecem um período de vacância incluirá a data da publicação e o último dia do prazo, entrando em vigor no dia seguinte à sua consumação integral.

- As leis que estipulem um **período de vacância** deverão utilizar a cláusula "esta lei entra em vigor após decorridos (número de) dias de sua publicação oficial".
- A **cláusula de revogação** deverá enumerar expressamente as **leis** ou **disposições legais** que estão sendo revogadas.





DICA

LEI N. 14.133/2021 – LICITAÇÕES PÚBLICAS



DISPENSA DE LICITAÇÃO

A dispensa ocorre quando a lei permite não realizar licitação, mesmo havendo possibilidade de competição.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece os casos em que a licitação é dispensável

Contratações internas e institucionais:

- Compra de bens/serviços de órgãos públicos criados para esse fim
- Intervenção no domínio econômico
- Contrato de programa com ente federativo
- Transferência de tecnologia para produtos estratégicos do SUS
- Profissional técnico para comissão avaliadora
- Associação sem fins lucrativos de pessoas com deficiência
- Instituição brasileira sem fins lucrativos para ensino, pesquisa e inovação
- Fundação que produz insumos estratégicos para saúde
- Entidade sem fins lucrativos para cisternas e acesso à água
- Entidade sem fins lucrativos para Cozinha Solidária

DETALHES IMPORTANTES

- **Valores** → somatório anual por unidade gestora e por objeto semelhante.
- **Consórcios públicos/agências executivas** → limites dobrados.

http://



Preferência: publicar aviso no site oficial por mín. 3 dias úteis para receber propostas.

Preferência: pagamento via cartão de pagamento (extrato no PNCP).



OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA P&D → SEGUEM REGULAMENTO ESPECIAL.

Emergência = manter serviço público + seguir valores de mercado.



DICA

GESTÃO PATRIMONIAL III

CONTROLE DE BENS



GERENCIANDO BENS EMPRESARIAIS: UMA VISÃO GERAL

O recebimento de materiais é um **processo crucial** para qualquer organização, pois é a partir dele que **a empresa recebe os itens que foram solicitados junto aos fornecedores**. É importante que o setor responsável por essa etapa realize uma análise minuciosa para garantir que os materiais estejam de acordo com as especificações do pedido.

Durante a análise, **o setor deve considerar as características, a quantidade e a qualidade dos materiais** para verificar se estão de acordo com o pedido.

O RECEBIMENTO PODE SER FEITO DE DUAS FORMAS DISTINTAS:

- **Recebimento Provisório:** Nessa modalidade, não é necessário aceitar os materiais imediatamente, já que a análise será feita posteriormente.
- **Recebimento Definitivo:** Já nessa modalidade, é realizada uma análise mais detalhada, que contempla aspectos relacionados à quantidade e qualidade dos materiais. Caso tudo esteja de acordo com o pedido, será dado o aceite.



DICA

DESPESA PÚBLICA



DESPESAS OBRIGATÓRIAS



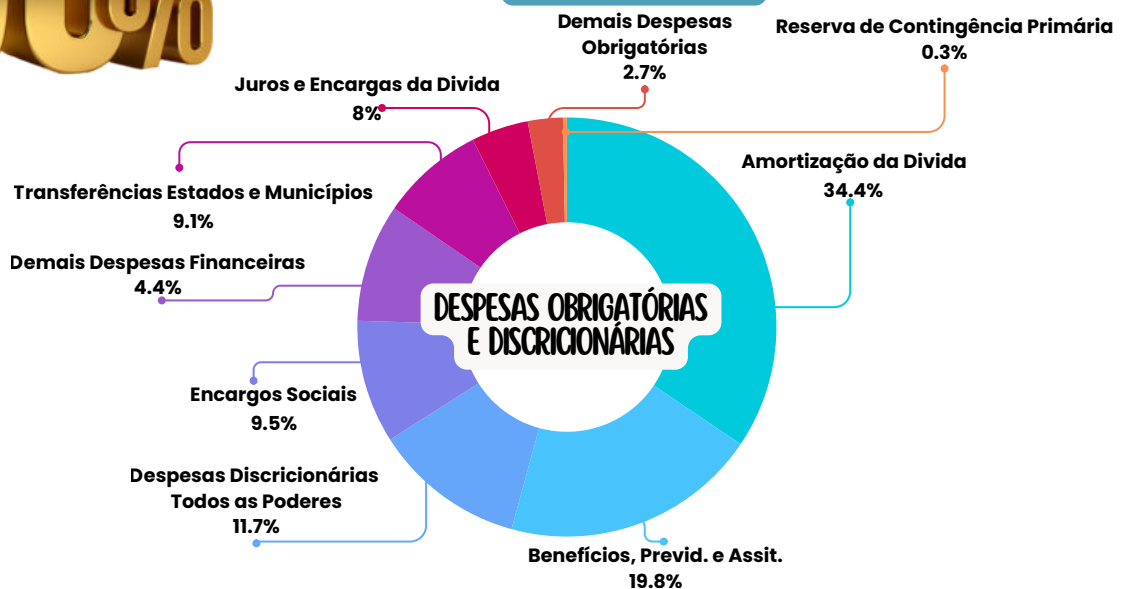
- As despesas obrigatórias são aquelas que o governo **não pode evitar**, pois estão **previstas em lei** ou são resultantes de **obrigações constitucionais e legais**.
- Essas despesas incluem valores que devem necessariamente ser pagos, independentemente da situação financeira ou das prioridades do governo.

- Exemplos:** Pagamento de salários e encargos sociais dos servidores públicos, benefícios previdenciários (como aposentadorias e pensões), decisões judiciais (como precatórios), transferências constitucionais para Estados e Municípios, além dos gastos mínimos obrigatórios em setores como saúde e educação.
- Características:** São fixas e não podem ser adiadas ou cortadas sem uma mudança legislativa ou constitucional.



90%

REPRESENTAM A MAIOR PARTE DO ORÇAMENTO PÚBLICO (CERCA DE 90% NO ÂMBITO FEDERAL), O QUE DEIXA POUCO ESPAÇO PARA **DESPESAS DISCRICIONÁRIAS**.



DICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LEI Nº 101/2000 X



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL X

despesa pública

Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a **despesa total com pessoal**, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, **não** poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

LIMITES COM GASTOS DE PESSOAL NA LRF

Para o governo federal

50% da da receita corrente líquida (RCL), assim divididos:

40,9%
Executivo

6%
Judiciário

2,5%
Legislativo

0,6%
Ministério Público

Para os municípios

60% da receita corrente líquida (RCL), da seguinte forma:

54%

Executivo

6%

*Legislativo

*incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver

Para os estados

60% da receita corrente líquida (RCL), da seguinte forma:

49%

Executivo

6%

Judiciário

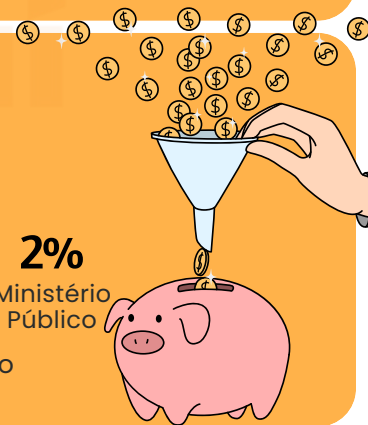
3%

*Legislativo

2%

Ministério Público

*incluindo o Tribunal de Contas do Estado



SANÇÕES PARA QUEM ULTRAPASSAR OS LIMITES (se gastos totais com pessoal ultrapassarem 95% do limite estabelecido)

- Interrupção de transferências voluntárias (e a sua contratação) realizadas pelo Governo Federal
- Impossibilidade para a obtenção de garantias da União para a contratação de operações de crédito externo
- Restrições à concessão de contratação de pessoal e de reajustes (apenas os aumentos determinados por contratos e pela Justiça são autorizados)
- O agente administrativo (presidente, governador, prefeito etc) que ultrapassar os limites pode ter o mandato cassado e está sujeito a multa de 30% dos vencimentos anuais, bem como inabilitação para o exercício da função pública e detenção, que poderá variar entre 6 meses e 4 anos

DICA

PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA

O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada são formas de garantir que as leis não mudem para prejudicar coisas já estabelecidas.

GARANTEM a irretroatividade das leis.

LEMBRE-SE!

Essa irretroatividade, entretanto, não é absoluta. O Estado pode editar leis retroativas, desde que beneficiem os indivíduos, impondo-lhes situação mais favorável do que a que existia sob a vigência da lei anterior.

definição dos conceitos

O **direito adquirido**: aquele que está incorporado ao patrimônio do particular, uma vez que foram cumpridos todos os requisitos aquisitivos exigidos pela legislação vigente.



exemplo: se você cumprir todos os requisitos para se aposentar sob a vigência de uma lei X. Após cumpridas as condições de aposentadoria, mesmo que seja criada lei Y com requisitos mais gravosos, você terá direito adquirido a se aposentar.

LEI não PREJUDICARÁ

O **ato jurídico perfeito**: aquele que reúne todos os elementos fundamentais exigidos pela lei.



exemplo:

Utilize-se como exemplo um contrato celebrado hoje, sob a influência de uma lei X.



A **coisa julgada**: aquela decisão judicial da qual não há mais recurso.

DICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VII

PRINCÍPIOS EXPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Você sabe o que é?

A atuação da Administração Pública, **em todos os seus níveis**, está sujeita à observância de princípios constitucionais específicos: **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**. Esses princípios **têm aplicação obrigatória em toda a extensão da Administração Pública, abrangendo tanto a esfera direta quanto a indireta, além dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e todas as esferas de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios)**.



A legalidade é um princípio fundamental no contexto de um Estado democrático de direito, **representando a sujeição do Estado às leis**. Através do estrito cumprimento das leis, a vontade do povo é efetivada e, assim, o interesse público é preservado. É importante destacar que ao mencionarmos "lei", não estamos limitando a referência apenas às leis formais, que são elaboradas pelo Poder Legislativo. De acordo com o princípio da legalidade, **todas as normas devem ser respeitadas, incluindo os atos infralegais, como decretos, portarias e instruções normativas**.

Resumidamente falando...

A Administração Pública **deve atuar de acordo com a lei, agindo apenas dentro dos limites estabelecidos pela legislação** e respeitando os direitos dos cidadãos.

DICA

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

PODER CONSTITUINTE

O poder constituinte representa a habilidade de **elaborar e modificar as normas que constituem uma Constituição**, estabelecendo os fundamentos jurídicos essenciais e moldando a estrutura do Estado. Simplificando, é o **poder responsável por criar uma nova Constituição ou alterar uma já existente**.

Por meio desse poder, são definidos não apenas os **poderes do governo e suas regras de funcionamento**, mas também os **limites de suas ações e os alicerces do sistema econômico e social**.



O **detentor do poder constituinte é o povo**, que é representado por um **órgão coletivo**, frequentemente chamado de **Assembleia Constituinte**.



A **legitimidade desse poder** deriva da representação democrática de um Estado soberano. Isso **ocorre por meio de processos eleitorais**, nos quais a Assembleia Constituinte é encarregada de criar ou revisar a Constituição.



Vamos diferenciar cada poder?

Poder Constituinte Originário

O poder constituinte originário é **aquele que quebra com a estrutura legal prévia e estabelece uma nova Constituição, dando origem a um Estado renovado**.

Suas características principais são a **autonomia**, pois é **exercido de maneira soberana para criar a nova Constituição**, e a falta de limitação jurídica, já que **não está vinculado aos princípios estabelecidos na Constituição anterior**.

Poder Constituinte Derivado

O poder constituinte derivado é **instituído pelo poder constituinte originário** e está **sujeito às condições** estabelecidas por este **para a criação das normas constitucionais, resultando em um conjunto de restrições**.

As características centrais do poder constituinte derivado incluem sua **natureza condicionada, secundária e limitada**. Contudo, é importante destacar que essas limitações se subdividem em duas categorias: formais ou procedimentais, bem como circunstanciais e materiais.

→ clique aqui para conhecer o material completo

CONSULTOR LEGISLATIVO - CONTROLE INTERNO

DICA

CONCORDÂNCIA VERBAL VI

CONCORDÂNCIA COM SUJEITO COLETIVO



Quando o sujeito é **coletivo**, o verbo fica sempre no **singular**. Exemplos:

- **A multidão ultrapassou** o limite.
- **O elenco era** muito competente.

Por outro lado, se o **coletivo** estiver **especificado**, o verbo pode ser conjugado no **singular** ou no **plural**. Exemplos:

- A multidão de fãs **ultrapassou o limite**.
- A multidão de fãs **ultrapassaram o limite**.

CONCORDÂNCIA COM COLETIVOS PARTITIVOS

O verbo pode ser usado no singular ou no plural em **coletivos partitivos**, tais como "a maioria de", "a maior parte de", "grande número de". Exemplos:

- Grande número dos presentes **se retirou**.
- Grande número dos presentes **se retiraram**.

Aviso

Atenção!

Quando o sujeito coletivo estiver acompanhado de um **adjunto adnominal no plural**, cabem **duas concordâncias**:

- Concordância com o **núcleo do sujeito (singular)**.
- Concordância com o **adjunto adnominal (plural)**.

Exemplo:

"A *matilha de perdigueiros* **avançou**." (Concordância com o núcleo "matilha", singular.)

"A *matilha de perdigueiros* **avançaram**." (Concordância com "perdigueiros", plural — enfática.)

Outros exemplos:

- "A multidão de aposentados **protestou / protestaram**."
- "A maioria dos alunos **não conseguiu / não conseguiram** resolver."
- "O cardume de dourados **subia / subiam** o rio para desovar."

DICA

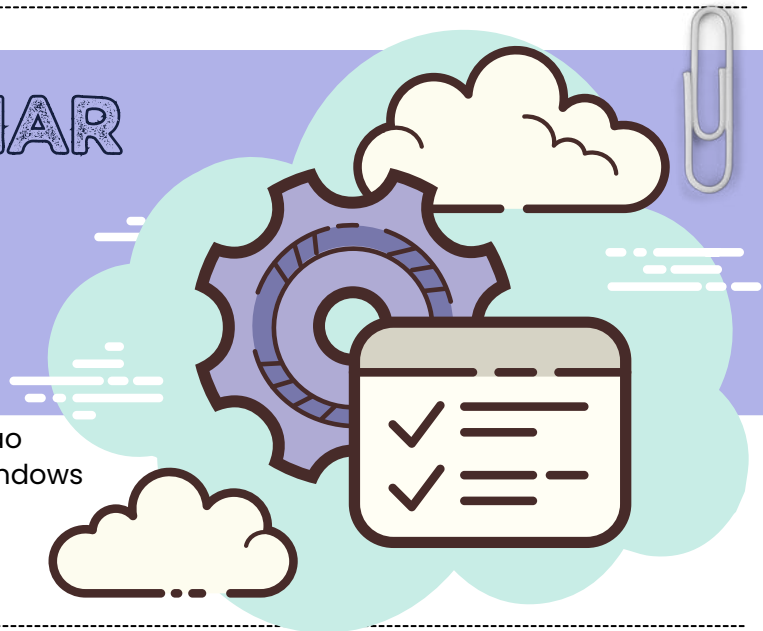
SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS I

BOTÃO INICIAR

atalho
para o botão iniciar



Também é possível acessá-lo ao pressionar a tecla do logotipo do Windows



✓ No Windows 10, o Menu Iniciar trouxe uma abordagem diferente em relação a versões anteriores, como o Windows 7. A ideia da Microsoft foi criar uma experiência mais **unificada**, funcionando tanto em PCs tradicionais quanto em dispositivos touchscreen, como tablets e conversíveis 2 em 1.

✓ No Windows 11, o Menu Iniciar continua, mas com um visual reformulado: agora ele é **centralizado por padrão** e mais minimalista, sem os antigos **Live Tiles**. No entanto, a personalização ainda é um grande diferencial! 🛠️

Como **personalizar** o **Menu Iniciar** no **Windows 10** (e **similarmente** no **Windows 11**):

Clique no botão **"Iniciar"** na barra de tarefas (📍 geralmente no canto **inferior esquerdo** no **Windows 10** e **centralizado** no **Windows 11**).

Acesse **"Configurações"** ⚙️ (ícone de engrenagem).

Vá até **"Personalização"** 🎨.

No menu lateral, clique em **"Iniciar"** para acessar as **opções de personalização**.

Opções de **personalização disponíveis**:

- ✓ **Escolher** quais **pastas aparecem** no **Menu Iniciar** – Ative ou desative atalhos para Documentos, Imagens, Configurações e mais.
- ✓ **Ajustar** o **número de ícones** e **atalhos** – Defina quantos aplicativos deseja exibir.
- ✓ **Mostrar** ou **ocultar** aplicativos recém-instalados – Ative essa opção para acompanhar seus apps mais recentes.
- ✓ **Fixar aplicativos favoritos** 📌 – Basta arrastar e soltar os ícones diretamente no Menu Iniciar para um acesso mais rápido!



💡 ✓ No Windows 11, o processo de personalização é semelhante, mas com um visual mais **moderno** e **fluido**. Agora, você pode até mesmo criar **grupos personalizados de aplicativos** e acessar **sugestões inteligentes** baseadas no seu **uso diário**!

DICA

ATUALIDADES



SANÇÃO DOS EUA A MINISTRO DO STF



Em 2025, os EUA aplicaram sanções contra um ministro do STF (Alexandre de Moraes) que conduz processo envolvendo o ex-presidente **Jair Bolsonaro**. As medidas incluíram **bloqueio de bens e proibição de entrada no país**.

NÚMEROS QUE PODEM CAIR NA PROVA

- Sanção com base na **Global Magnitsky Act (EUA)**, que já foi usada contra autoridades de **mais de 30 países**.
- Sanções podem incluir **bloqueio de bens, proibição de viagens e restrições comerciais**



POR QUE IMPORTA?



Aumenta **tensão diplomática** Brasil-EUA.



Mostra como **potências** utilizam **sanções como ferramenta de pressão política externa**.



Levanta debate sobre **soberania e não-intervenção** (Carta da ONU).

RELAÇÃO ENTRE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL.



A **Lei Magnitsky** é uma legislação dos EUA que permite ao governo americano impor **sanções econômicas a indivíduos estrangeiros** envolvidos em **corrupção** ou **graves violações de direitos humanos**. Essas sanções podem incluir o bloqueio de bens e contas nos EUA, cancelamento de vistos e proibição de entrada no país. A lei foi criada em resposta à morte de Sergei Magnitsky, um advogado russo que denunciou um **esquema de corrupção e morreu sob custódia em 2009**.

DICA

CONECTIVOS LÓGICOS IV

CONECTIVO "SE ... ENTÃO"
(CONDICIONAL)

É uma estrutura lógica importante para expressar relações de causa e efeito, condição e implicação. Uma sentença composta unida pelo conectivo condicional **só será falsa se a primeira parte (a condição) for verdadeira e a segunda parte (a consequência) for falsa**. Em todos os outros casos, a sentença condicional será verdadeira.



Apenas **quando a condição é verdadeira e a consequência é falsa, a sentença condicional é considerada falsa**.

EXEMPLO:

"Se João é concursado, então Maria é psicóloga" só será falsa se sabermos que o antecedente (a primeira parte da sentença) é verdadeiro (ou seja, João é concursado) e o consequente (a segunda parte da sentença) é falso (ou seja, Maria não é psicóloga).

Nesse único caso, o valor lógico do conectivo condicional é falso.

ATENÇÃO...

- Se João é concursado (verdadeiro) e Maria é psicóloga (verdadeiro), a sentença é verdadeira.
- Se João não é concursado (falso), a sentença é verdadeira, independentemente do status de Maria.
- Se João é concursado (verdadeiro) e Maria não é psicóloga (falso), a sentença é falsa.

TABELA VERDADE DA CONDIÇÃO "SE...ENTÃO"

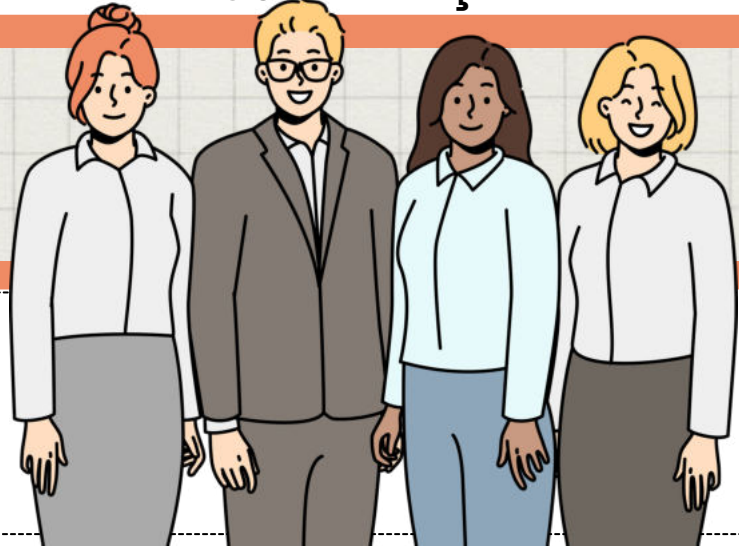
SERÁ FALSA QUANDO A PROPOSIÇÃO ANTECEDENTE FOR VERDADEIRA E CONSEQUÊNCIA FOR FALSA.

p	q	p e q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

DICA

GOVERNABILIDADE E GOVERNANÇA

TEORIAS DA GOVERNANÇA



Essas teorias oferecem **diferentes perspectivas e abordagens para compreender e analisar as dinâmicas organizacionais**, contribuindo para a formulação de estratégias eficazes e o entendimento das relações entre os diversos agentes econômicos envolvidos.

TEORIA DA AGÊNCIA:

- **Definição:** Oferece insights sobre as relações complexas nas organizações, destacando os diferentes atores envolvidos.
- **Contribuição:** Ajuda a desenvolver estratégias para mitigar riscos e maximizar a eficiência nas relações organizacionais.

TEORIA DA FIRMA:

- **Pressuposto:** Assume que a empresa tem um proprietário-administrador, ou seja, a mesma pessoa é proprietária e administradora.
- **Enfoque:** Explora as dinâmicas entre a propriedade e a gestão dentro da organização.

TEORIA CONTRATUAL:

- **Perspectiva:** Considera a empresa como um conjunto de contratos, intermediando as relações entre diferentes agentes econômicos.
- **Ênfase:** Destaca que cada relação da empresa envolve contratos específicos, como com investidores, credores e clientes.

TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS:

- **Abordagem:** Entende que as organizações podem se relacionar de maneira cooperativa, não apenas competitiva.
- **Possibilidade:** Permite que as empresas cooperem para combinar recursos, reduzindo a dependência de recursos escassos.



DICA

ACCOUNTABILITY E COMPLIANCE

COMPLIANCE

Um programa de compliance eficaz deve seguir alguns princípios fundamentais:

- ➔ **Integridade e Ética:** A organização deve adotar valores éticos como base para sua atuação.
- ➔ **Conformidade com Leis e Regulamentos:** Todas as atividades devem estar de acordo com as normas vigentes.
- ➔ **Prevenção de Riscos e Fraudes:** Implementação de mecanismos que reduzam riscos de corrupção e irregularidades.
- ➔ **Treinamento e Conscientização:** Equipes devem ser capacitadas para entender e aplicar as regras de compliance.
- ➔ **Monitoramento Contínuo:** Auditorias e avaliações constantes para verificar o cumprimento das normas.

Para que o compliance seja **efetivo**, a organização deve **implementar um programa estruturado**, que pode seguir os seguintes passos:

◆ **Comprometimento da Alta Administração**

O sucesso do compliance depende do apoio da **liderança**. A alta administração deve incentivar uma cultura organizacional baseada em conformidade e ética.

◆ **Mapeamento de Riscos**

Identificar **áreas mais vulneráveis** e os principais **riscos jurídicos, operacionais e reputacionais**. Exemplos:

- ✓ Corrupção e suborno
- ✓ Lavagem de dinheiro
- ✓ Conflito de interesses
- ✓ Assédio moral e sexual
- ✓ Fraudes financeiras

◆ **Criação de um Código de Conduta e Políticas Internas**

Um Código de Ética e Conduta deve ser desenvolvido, estabelecendo regras claras para os colaboradores, fornecedores e parceiros.

◆ **Treinamento e Comunicação**

A organização deve promover capacitações regulares para que os colaboradores compreendam suas responsabilidades e saibam como agir em situações de risco.

◆ **Canais de Denúncia e Proteção ao Denunciante**

Criar um canal seguro e anônimo para que funcionários e cidadãos possam denunciar irregularidades. Esse canal deve garantir sigilo e proteção contra retaliação.



DICA

PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO VI

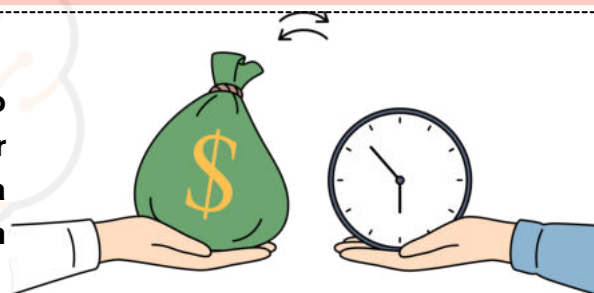


LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é responsável por compreender todas as despesas e receitas do Estado, incluindo os orçamentos de investimento, fiscal e da seguridade social. A LOA deve estar em compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

o que precisamos saber?

O projeto da LOA deve ser encaminhado ao Congresso até 31 de agosto e deve ser devolvido para sanção até o término da sessão legislativa. Sua vigência é de um ano, correspondendo ao exercício civil.



Jurisprudência



O STF decidiu que as decisões judiciais que determinam a constrição de verbas públicas oriundas do Fundo Estadual de Saúde (FES) são inconstitucionais, pois devem ser aplicadas compulsoriamente na área da saúde e não em outras finalidades específicas. O STF também reconheceu a inconstitucionalidade de decisão judicial que determina a constrição de verbas de empresa estatal que desempenha serviço público essencial em regime não concorrencial e sem intuito de lucro.

✓ O bloqueio ou sequestro de verba pública, por decisões judiciais, de empresa estatal prestadora de serviço público em regime não concorrencial e sem intuito lucrativo primário é inconstitucional.

✓ É importante lembrar que a LOA não pode prever dotação para despesa com duração superior a um exercício financeiro que não conste no Plano Plurianual (PPA). Além disso, também é proibida a consignação de crédito com finalidade imprecisa ou dotação ilimitada. A LOA, no âmbito federal, será apreciada por Comissão Mista Permanente.

DICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LEI Nº 101/2000 II

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL II

o que precisamos saber?



Já sabemos que as entidades públicas **deve respeitar os limites e regulamentações legais** referentes às despesas e gastos públicos, de acordo com a sua **competência e capacidade de arrecadação tributária**.

Para alcançar esse propósito, cada órgão deve seguir um **plano de despesas**, definindo **limites e objetivos** a serem atingidos na utilização de verbas específicas.

quem deve cumprir a lei de responsabilidade fiscal?

A Lei de Responsabilidade Fiscal define os **entes** que se **submetem às suas regras**. São eles:

- UNIÃO;
- ESTADOS;
- DISTRITO FEDERAL;
- MUNICÍPIOS;
- PODER EXECUTIVO;
- PODER LEGISLATIVO E TRIBUNAIS DE CONTAS (INCLUINDO-SE TODAS AS SUAS MODALIDADES);
- PODER JUDICIÁRIO;
- MINISTÉRIO PÚBLICO;
- ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, COMO FUNDOS, AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES,

Essa previsão está localizada no art. 1º, §3º, inciso I, da LC nº 101/00.



DICA

PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO II



POSSIBILIDADE DE CONTROLE DIRETO DE LEIS ESTADUAIS

○ STF entendeu que houve uma possível usurpação da competência privativa da União (artigo 169 da Constituição Federal) e risco de prejuízo ao erário local, e concedeu uma cautelar parcialmente.



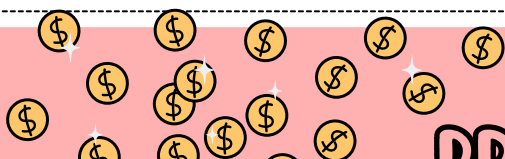
○ Supremo Tribunal Federal reconheceu a possibilidade de controle direto de leis estaduais que desrespeitem a Lei de Responsabilidade Fiscal em relação aos limites de gastos com pessoal. No caso específico, o artigo 50 da Lei 1.005/15 do estado de Roraima estabeleceu diretrizes orçamentárias locais para o exercício de 2016 e modificou os limites de gastos com pessoal dos poderes executivo e legislativo, ultrapassando o teto previsto na legislação federal.

o que precisamos saber?

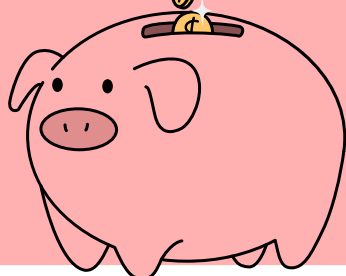
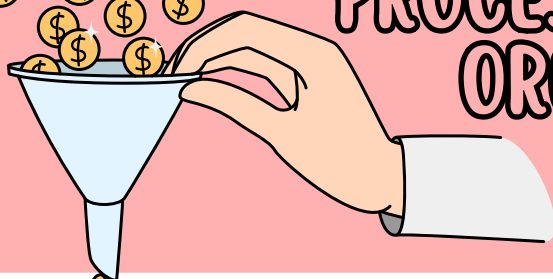
- Leis orçamentárias que aplicam a Constituição Federal podem ser submetidas a controle de constitucionalidade.
- A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites de gastos com pessoal ativo e inativo que devem ser respeitados pelos entes federativos. O dispositivo impugnado, que estabelece limites mais generosos para o poder legislativo local, viola a autoridade da União e a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- A competência da União para emitir moeda é exclusiva do Banco Central do Brasil, que pode comprar e vender títulos de emissão do Tesouro para regular a oferta da moeda e a taxa de juros.
- É responsabilidade dos entes federativos conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, conforme previsto na lei complementar e na Emenda Constitucional nº 109/2021.

DICA

PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO III



PROCESSO LEGISLATIVO ORÇAMENTÁRIO



Os projetos de lei relativos ao PPA, LDO e LOA, bem como os créditos adicionais, serão avaliados por ambas as casas do Congresso. Há uma comissão mista permanente composta por deputados e senadores encarregados de:

- ✓ Analisar e emitir parecer sobre os projetos de lei acima mencionados, além de revisar as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.
- ✓ Examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição.

ANOMIA ORÇAMENTÁRIA

o que precisamos saber?

A anomia orçamentária **ocorre quando um novo exercício financeiro é iniciado sem a aprovação da Lei Orçamentária**. As situações que podem causar essa anomalia são:

- O Chefe do Executivo **não envia o projeto de lei dentro do prazo estabelecido;**
- O **Projeto é rejeitado pela Casa Legislativa;**
- A **Lei Orçamentária não é votada pelo Congresso Nacional.**

Jurisprudência

- **Informativo 1034:** Normas estaduais que impõem a lei orçamentária antes das Emendas Constitucionais 86/2015 e 100/2019 são consideradas inconstitucionais.
- **Informativo 1015:** É inconstitucional que as normas estaduais estabeleçam um limite diferente do imposto pelo artigo 166 da Constituição Federal para a aprovação de emendas parlamentares impositivas.



DICA

LEI N. 14.133/2021 – LICITAÇÕES PÚBLICAS



DISPENSA DE LICITAÇÃO

A dispensa ocorre quando a lei permite não realizar licitação, mesmo havendo possibilidade de competição.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece os casos em que a licitação é dispensável

Pequenos valores

- Até R\$ 100.000,00 → obras, serviços de engenharia e manutenção de veículos 🚗
- Até R\$ 50.000,00 → outros serviços e compras 🛒

Licitação anterior sem sucesso (até 1 ano)

- Sem interessados ou propostas inválidas.
- Propostas muito acima do mercado.

Casos específicos:

- Peças para manutenção durante garantia 🔧
- Acordo internacional com condições vantajosas 🌐
- Pesquisa e desenvolvimento (até R\$ 300.000 em obras/serviços) 🔬
- Transferência/licenciamento de tecnologia 📡
- Gêneros perecíveis (hortifrúti, pães etc.) 🥬
- Alta complexidade tecnológica e defesa nacional 🛡️
- Padronização das Forças Armadas 🚢🛩️🚚
- Operações de paz no exterior 🌐
- Abastecimento de tropas em trânsito 🚚
- Reciclagem por cooperativas de baixa renda ♻️
- Obras de arte e objetos históricos 🏛️
- Serviços sigilosos de investigação 🔍
- Medicamentos para doenças raras 💊

Situações estratégicas e emergenciais:

- Cumprir objetivos da Lei de Inovação (Lei 10.973/2004) 💡
- Segurança nacional ⚠️
- Guerra, estado de defesa/sítio, intervenção federal 🇧🇷



EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA
(PRAZO MÁX. 1 ANO, SEM PRORROGAÇÃO)



DICA



CONTRATOS ADMINISTRATIVOS XVII



FATO DO PRÍNCIPE



O "Fato do Príncipe" refere-se a **determinações estatais que impactam todos os indivíduos em uma situação semelhante, incluindo o contratado e outros particulares.**

Essas são **medidas de ordem geral, não relacionadas diretamente com o contrato administrativo, mas que têm efeitos sobre ele.** O termo "Príncipe" aqui se refere ao Estado.

ESSE FENÔMENO OCORRE QUANDO O EQUILÍBRIO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO É QUEBRADO DEVIDO A ATOS OU MEDIDAS INSTITUÍDAS PELO PRÓPRIO ESTADO



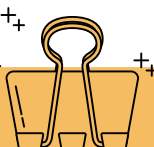
Essas medidas são **imprevisíveis, extracontratuais e extraordinárias.** Um exemplo seria o aumento de um tributo ou a proibição de importação de uma determinada matéria-prima.



Se, por exemplo, o Estado promulga uma lei ou outra medida que proíbe a importação de uma matéria-prima, levando o contratado a comprar essa matéria-prima localmente a um preço mais alto, o contratado pode solicitar à Administração uma revisão do contrato. **A justificativa seria o aumento dos custos do contrato devido à referida medida estatal.**



O Fato do Príncipe **impõe à entidade pública contratante a obrigação de compensar os prejuízos suportados pelo contratado.** Isso é feito para possibilitar a continuidade da execução do contrato. Se essa compensação for impossível, isso pode dar origem à rescisão do contrato, com as devidas indenizações. Esse princípio visa proteger o contratado de impactos adversos resultantes de medidas estatais imprevisíveis e fora do controle das partes contratantes.



DICA

GESTÃO DE RISCOS

GESTÃO DE RISCOS E MEDIDAS MITIGATÓRIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA III



Medidas Mitigatórias - Respostas aos Riscos para Reduzir a Exposição

Existem quatro tipos de respostas para lidar com os riscos:

- **Evitar o risco:** eliminar a fonte ou ajustar o objetivo em questão.
- **Transferir o risco:** compartilhar ou transferir o impacto para outra parte através de contratos, seguros, parcerias, etc.
- **Mitigar o risco:** diminuir a probabilidade ou impacto com controles preventivos ou corretivos.
- **Aceitar o risco:** reconhecer e assumir o nível residual após as medidas mitigatórias serem aplicadas.

Comparação Analógica: Capitão navegando seu navio

Medidas Mitigatórias: São as **ações** que o capitão toma para **evitar** ou **minimizar o impacto das tempestades**. Isso pode incluir **ajustar a rota** para **evitar** a tempestade (prevenção de riscos), **preparar** a tripulação e o navio para **resistir** à tempestade (mitigação de riscos), ou ter um **plano de emergência** no caso de o navio ser danificado (resposta a riscos).



Da mesma forma que o capitão deve gerenciar os riscos para garantir uma viagem segura, as **organizações** precisam **gerenciar seus riscos e implementar medidas mitigatórias** para alcançar seus objetivos eficaz e eficientemente.

ISSO EXIGE **COMPREENSÃO CLARA DOS RISCOS, PLANEJAMENTO CUIDADOSO E CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS.**

DICA

GESTÃO DE RISCOS

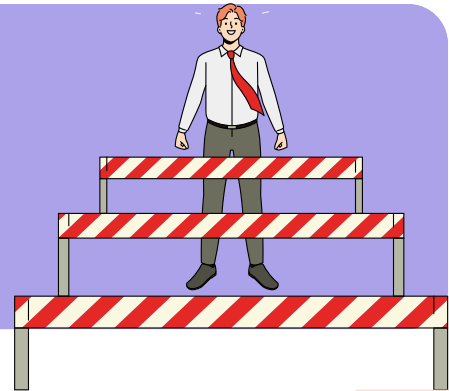
MENTAUDADE DE RISCO -
COMO MAPEAR RISCOS

O mapeamento de riscos envolve a **identificação** de **potenciais problemas** que podem ocorrer em cada processo e implementar ações para mitigar esses riscos.

COMO FAZER ISSO?

1 **Identifique as Etapas Críticas do Processo:** Analise cada fase do processo e pense em possíveis **falhas** ou **problemas** que poderiam ocorrer em cada etapa.

EXEMPLO: NA PRODUÇÃO DE UM PRODUTO, RISCOS PODEM INCLUIR ATRASOS NO FORNECIMENTO DE MATÉRIA-PRIMA OU FALHAS DE EQUIPAMENTO.



2 **Avalie o Impacto e a Probabilidade:** Classifique os riscos de acordo com sua **gravidade** e a **probabilidade** de ocorrerem.

EXEMPLO: UMA FALHA EM UM EQUIPAMENTO CRÍTICO PODE TER UM IMPACTO ALTO, MAS SUA PROBABILIDADE PODE SER BAIXA SE A MANUTENÇÃO FOR REALIZADA REGULARMENTE.



3 **Desenvolva Ações Preventivas:** Com base na avaliação, implemente **ações preventivas** para mitigar os riscos mais prováveis e impactantes.

EXEMPLO: UM PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA EVITAR FALHAS DE MÁQUINAS.



4 **Monitore e Reavalie:** Periodicamente, revise o **mapa de riscos** e ajuste conforme necessário. Novos riscos podem surgir, e o impacto de riscos antigos pode mudar.

EXEMPLO: APÓS UM NOVO FORNECEDOR SER CONTRATADO, REAVALIE O RISCO DE ATRASOS DE ENTREGA.



DICA

NORMA ISO 37301

IMPLEMENTAÇÃO DA ISO 37301

➔ A implementação da norma deve seguir um processo estruturado para garantir seu sucesso. Os principais passos são:

◆ **Passo 1: Diagnóstico Inicial**

- ◆ Analisar as regulamentações aplicáveis à organização.
- ◆ Mapear riscos de não conformidade.
- ◆ Avaliar a maturidade do compliance existente.

◆ **Passo 2: Envolvimento da Alta Administração**

- ◆ Sensibilização da liderança sobre a importância da norma.
- ◆ Definição de responsabilidades e papéis no sistema de compliance.

◆ **Passo 3: Desenvolvimento de Políticas e Procedimentos**

- ◆ Criação de um Código de Ética e Conduta.
- ◆ Estabelecimento de normas internas e controles preventivos.

◆ **Passo 4: Treinamento e Cultura Organizacional**

- ◆ Realização de programas de conscientização para todos os funcionários.
- ◆ Implementação de canais de denúncia e proteção ao denunciante.

◆ **Passo 5: Monitoramento e Auditoria**

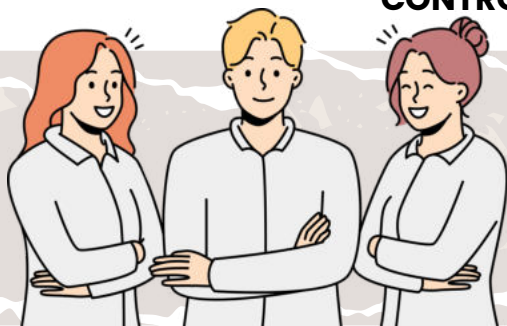
- ◆ Aplicação de auditorias internas e externas.
- ◆ Uso de indicadores para medir a eficácia do compliance.

◆ **Passo 6: Certificação e Melhoria Contínua**

- ◆ Realização da auditoria para certificação ISO 37301.
- ◆ Revisão periódica do sistema para garantir conformidade constante.

DICA

CONTROLES INTERNO E EXTERNO



CONTROLES INTERNO E EXTERNO

➡ **Controle interno e controle externo** são os dois pilares do sistema de fiscalização da administração pública.

➡ Embora diferentes, eles se complementam para garantir a boa gestão dos recursos públicos e evitar desvios, fraudes e desperdícios.

CONTROLE INTERNO

É o controle **realizado dentro da própria estrutura administrativa**, pelos órgãos e entidades públicas. Seu foco é preventivo e corretivo, garantindo que as ações administrativas estejam de acordo com a lei e os princípios da administração pública.

♦ **Exemplo prático:** A Controladoria-Geral da União (CGU) acompanha, em tempo real, o uso de verbas federais para evitar irregularidades.

CONTROLE EXTERNO

É o controle **exercido por órgãos independentes**, principalmente os Tribunais de Contas e o Poder Legislativo. Seu papel é fiscalizador, atuando após os atos administrativos (controle posterior), para avaliar a legalidade, legitimidade e eficiência da gestão pública.

♦ **Exemplo prático:** O TCU julga contas de administradores federais e recomenda a correção de atos irregulares.

Diferença-chave:

- ♦ **Controle interno** = feito pela administração, preventivo.
- ♦ **Controle externo** = feito por órgãos externos, avaliativo e responsabilizador.

INSTRUMENTOS INTERNOS E EXTERNOS

- **INTERNO** ➡ AUDITORIAS INTERNAS, SINDICÂNCIAS
- **EXTERNO** ➡ AUDITORIAS EXTERNAS, PARECERES PRÉVIOS, JULGAMENTOS DE CONTAS

⚠ **O TCU NÃO faz controle interno. Ele atua somente no controle externo.**

⚡ TOME NOTA!

Controle interno = preventivo (corrige antes do problema).

Controle externo = avaliativo (julga depois do ato). Essa diferença já caiu diversas vezes em provas!



DICA

SISTEMAS DE CONTROLE JURISDICIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



INSTRUMENTOS DO CONTROLE ADMINISTRATIVO

➔ O **controle administrativo** é exercido pela **própria Administração Pública** para garantir que suas ações estejam em **conformidade** com a lei, os princípios constitucionais e os interesses coletivos.

➔ É um **controle interno**, realizado sem a necessidade de intervenção de outros Poderes, e pode ser preventivo (antes do ato) ou corretivo (após o ato).

🎯 Por que é relevante?

Porque é o mecanismo mais próximo do gestor público e o mais rápido para **corrigir falhas** ou **evitar irregularidades**.

Principais Instrumentos:

1. AUDITORIAS INTERNAS

✔ Exame sistemático dos processos administrativos para identificar falhas, riscos ou desvios.

2. SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

✔ Utilizados para apurar fatos, corrigir condutas e aplicar medidas administrativas quando necessário.

3. RELATÓRIOS E PARECERES TÉCNICOS

✔ Ferramentas de orientação que ajudam na tomada de decisões e na detecção de problemas operacionais.

4. REVISÃO E ANULAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

✔ O próprio órgão pode anular atos ilegais ou revogar atos inconvenientes, desde que respeitados os direitos adquiridos e o devido processo legal.



5. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E RESULTADOS

✔ Monitoramento das políticas públicas para aprimorar a eficiência administrativa.

🔴 quem aplica o controle administrativo?

O próprio órgão ou entidade pública – sem depender de TCU ou Judiciário.

⚠ **CONTROLE ADMINISTRATIVO NÃO É PUNITIVO**, MAS PODE DESENCADEAR PROCESSOS QUE LEVAM A **SANÇÕES**.

⚡ TOME NOTA!

A CEBRASPE já cobrou que o “controle administrativo depende de autorização judicial” ❌ **ERRADO**.

É independente e pode ser exercido de ofício pela administração.



DICA

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) E TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS



TRIBUNAIS DE CONTAS



Os Tribunais de Contas são **órgãos autônomos de controle externo**, criados para **fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e garantir a boa gestão**.

Funções principais do TCU:

Julgar contas de administradores e responsáveis por dinheiro público

Emitir parecer prévio sobre contas do Presidente da República

Realizar auditorias e inspeções

Aplicar sanções administrativas (multas, ressarcimentos)

Outros Tribunais:

TCEs: atuam nos estados e municípios (quando não há TCM).

TCMs: existem apenas em SP e RJ.

TCDF: fiscaliza o DF.

Importante:

Os **Tribunais de Contas não fazem parte do Legislativo** nem do **Judiciário** – são **órgãos independentes com função técnica**.

PARECER PRÉVIO DO TCU

Sobre as contas do Presidente, o julgamento é feito pelo Congresso.

TCMS SÓ EM SP E RJ

E não podem ser criados em novos municípios (decisão do STF).

TCU julga pessoas?

Não! Julga atos e contas, mas não pessoas físicas.

O TCU PODE FISCALIZAR ENTIDADES PRIVADAS QUE RECEBEM DINHEIRO PÚBLICO COM DESTINAÇÃO ESPECÍFICA.

TOME NOTA!

Decore o Art. 71 da CF/88 – ele traz todas as competências do TCU e é queridinho das bancas.

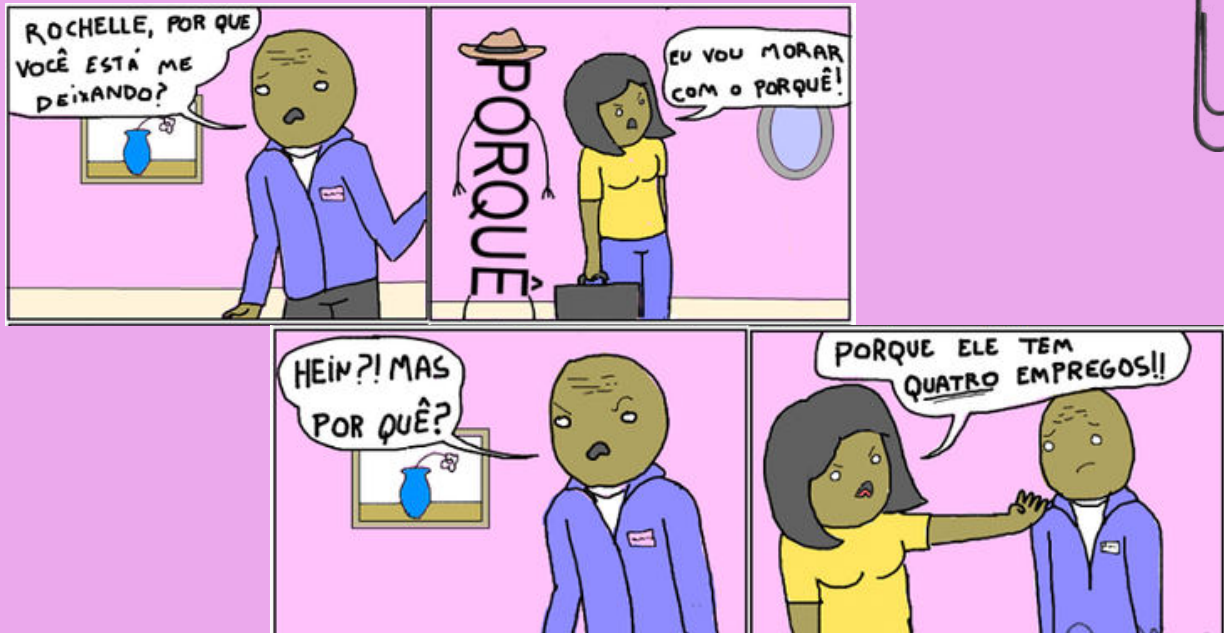


→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)

AGENTE POLICIA LEGISLATIVA

DICA

PONTO E VÍRGULA (;) I



O **ponto-e-vírgula** não teria a menor chance com a Rochelle; **ninguém sabe como empregá-lo!** 🤪

e então, como utilizamos?

SEPARAR ITENS EM UMA LISTA

O ponto e vírgula pode ser usado para **separar itens em uma lista quando esses itens já contêm vírgulas internas**. Isso ajuda a evitar a confusão entre as vírgulas usadas dentro dos itens da lista e as vírgulas que separam os próprios itens.

Por exemplo:

Na reunião, discutimos a agenda, que incluiu os seguintes tópicos: orçamento, planejamento estratégico; metas de vendas, marketing; e contratações.

faça anotações aqui!

DICA

NAVEGADORES VII

COOKIES



Os cookies são **pequenos arquivos de texto que os sites armazenam no navegador do usuário enquanto ele navega na web.**



Os cookies são usados para melhorar a experiência do usuário, **lembrando preferências e mantendo sessões de login ativas.**



Eles também podem ser usados para **rastrear o comportamento de navegação dos usuários, coletando informações sobre as páginas visitadas, tempo gasto em cada página e produtos ou serviços visualizados.**



Além disso, também é utilizado para **personalizar o conteúdo com base nas informações coletadas, como recomendar produtos relacionados.** Manter o *conteúdo do carrinho de compras entre sessões em sites de comércio eletrônico.*



Identificar a origem do tráfego do usuário, como mecanismo de busca ou link de referência. E **exibir anúncios direcionados com base no comportamento de navegação do usuário.**

LEMBRE-SE!

Os cookies **não capturam dados do computador**, mas **coletam informações sobre a atividade no site**, como preferências de idioma, histórico de navegação e itens no carrinho de compras, para fornecer uma experiência personalizada e eficiente. *Eles não têm acesso a arquivos do computador, como documentos, fotos ou senhas.*

JÁ CAIU EM PROVA!

DICA

ATUALIDADES



GUERRA ISRAEL X IRÃ

IMPACTOS GEOPOLÍTICOS E ECONÔMICOS

- A **instabilidade afeta o Golfo Pérsico**, região que abriga o **Estreito de Ormuz**, por onde **passa cerca de 20% de todo o petróleo mundial**.
- Preços internacionais do barril de petróleo oscilaram fortemente em 2024, chegando a superar **US\$ 100 após os ataques**.
- O **aumento no preço do petróleo** pressiona a inflação global, afetando diretamente o Brasil (importador de derivados) e outros países emergentes.



DICA DE PROVA





Proxy war: guerra indireta, quando um país usa aliados ou milícias para atacar seu adversário.

Oriente Médio = petróleo + instabilidade = impacto global na economia.

Estreito de Ormuz é ponto-chave: qualquer bloqueio eleva preços e mexe com a política energética mundial.

Israel e Irã **não têm relações diplomáticas** e se veem como **inimigos existenciais**.

Memoriza

-  x  = ataques diretos + guerras indiretas (proxy wars), risco de guerra regional, petróleo e segurança energética no centro da disputa. Oriente Médio instável → **reflexo imediato no preço do petróleo e na economia mundial.**



DICA

TAUTOLOGIA

Uma tautologia é uma **expressão lógica que é sempre verdadeira, independentemente dos valores de verdade das proposições individuais que a compõem**. Em outras palavras, uma tautologia é uma **afirmação que é verdadeira em todas as circunstâncias**.



COMO FAÇO PARA RECONHECER UMA TAUTOLOGIA?

- Suponhamos que você tenha uma proposição composta, que chamaremos de P, e deseja determinar se ela é uma tautologia.

Passo 1: Liste todas as possíveis combinações de valores verdadeiros (V) e falsos (F) para as proposições simples que compõem P. Se você tiver n proposições simples, haverá 2^n combinações possíveis.

Passo 2: Para cada combinação, avalie a proposição composta P e determine seu valor lógico (V ou F).

Passo 3: Analise a última coluna da tabela-verdade. **Se todos os valores lógicos nessa coluna forem verdadeiros (V), então a proposição composta é uma tautologia.**

Vamos considerar a proposição composta:

- $P = (A \vee \neg A)$

Aqui, estamos usando o *conectivo de disjunção (OU)* e o *conectivo de negação (NÃO)*.

EXEMPLO DE TABELA-VERDADE COM UMA TAUTOLOGIA

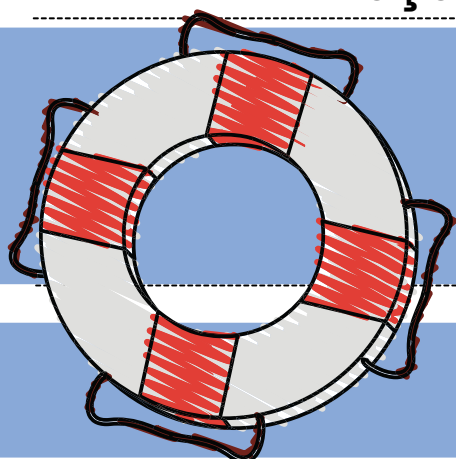
A	$\neg A$	$A \vee \neg A$
V	F	V
F	V	V

Nesta tabela-verdade, temos duas colunas representando os valores de A e $\neg A$ (negação de A), e a terceira coluna representa a proposição composta $(A \vee \neg A)$.

Observamos que, independentemente dos valores de verdade de A, a proposição $A \vee \neg A$ é sempre verdadeira (V). Isso **torna essa proposição uma tautologia, pois ela é verdadeira em todas as combinações possíveis de valores de A.**

DICA

NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS



PRIMEIROS SOCORROS



→ Cada estabelecimento, independentemente do ramo, deve **possuir o material necessário para fornecer primeiros socorros**, levando em consideração as especificidades da atividade exercida.

→ De acordo com a **NR-07**, responsável pelo **treinamento em primeiros socorros**, é essencial **designar uma pessoa capacitada** para cuidar desse material, garantindo a eficácia das medidas de emergência.

É CRUCIAL OBSERVAR QUE A LEGISLAÇÃO EXIGE A **PRESENÇA DE UM KIT DE PRIMEIROS SOCORROS** E DESTACA A NECESSIDADE DE AO MENOS **UMA PESSOA ESTAR TREINADA PARA APLICAR CORRETAMENTE ESSAS TÉCNICAS.**



- Além disso, é importante mencionar a Lei nº 102/2009, que promove a Segurança e Saúde no Trabalho e reforça a importância de **estruturas** que garantam a **execução de procedimentos de emergência e primeiros socorros** em empresas.
- É fundamental ressaltar que a **obrigatoriedade do kit** é estabelecida por normas além das nacionais, sendo essencial para a segurança dos trabalhadores, embora não seja uma lei brasileira, mas uma regulamentação que visa promover um ambiente de trabalho seguro e saudável.
- Outra abordagem é **contratar uma empresa especializada em treinamento de primeiros socorros** para os funcionários, focando na **capacitação dos membros da CIPA** ou assegurando que pelo menos um indivíduo seja adequadamente treinado, caso a empresa tenha **menos de 20 funcionários** ou **opte por não formar a comissão.**

É CRUCIAL **INTEGRAR** O TREINAMENTO DE PRIMEIROS SOCORROS, COM UMA MÉDIA DE **OITO HORAS**, À JORNADA DE TRABALHO DOS EMPREGADOS, GARANTINDO QUE AS AULAS OCORRAM EM HORÁRIOS CONVENIENTES.



DICA

PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS

CLASSES DE INCÊNDIO



AGENTES EXTINTORES

PÓ QUÍMICO (BC)



Somente no estágio inicial do fogo



O pó abafa o fogo e interrompe a cadeia de combustão. (EFICIENTE)



Não é condutor de eletricidade e protege o operador do calor. (EFICIENTE)

PODE DANIFICAR APARELHOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS SENSÍVEIS, POIS DEIXA RESÍDUO.

ÁGUA (A)

Satura o material e não permite reignição. (EFICIENTE)

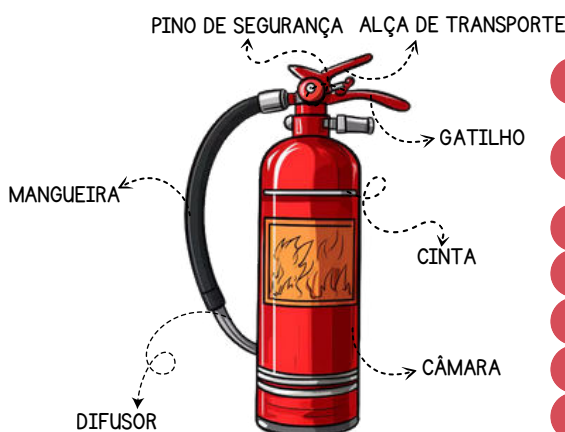
Não recomendável porque espalha o fogo

Pode ser condutor de eletricidade. (PROIBIDO)

PROIBIDO UTILIZAR EM EQUIPAMENTOS ENERGIZADOS, HÁ RISCO DE PROPAGAR O INCÊNDIO.

EXTINTORES

Extintores são indicados para **controlar princípios de incêndio**



REGRAS BÁSICAS PARA MANUSEIO

- 1 Localizar o **foco identificando** o **material** que está queimando;
- 2 Escolher o **extintor adequado** à **classe do material** que queima;
- 3 Retirar o **extintor do suporte**;
- 4 Romper o **lacre**;
- 5 Retirar o **pino de segurança**;
- 6 Efetuar um **teste** para ver se está apto ao uso ou não;
- 7 Usar o extintor adequadamente conforme seu **tipo**.

CHEGAMOS AO FIM



Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para o concurso da **ALE ES!**

Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação.**

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.ai**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2025?

Então...

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)

Professor
Carlos Fagundes
Sócio Fundador do MA

Obstáculo é aquilo que
você vê quando tira os
olhos do seu **propósito.**

→ [Acesse nosso Instagram](#)